

Governo do DF vai apurar caso

BRASÍLIA — O governo do Distrito Federal vai criar comissão para averiguar as denúncias de irregularidades no convênio assinado pelo Ministério da Ação Social com a Codeplan. O secretário da Fazenda, Everardo Maciel, reconheceu ontem que foi um "erro grotesco" a data de assinatura do convênio, 31 de dezembro de 1990, quando o governador Joaquim Roriz ainda não tomara posse. Maciel culpou o ministério pelo erro, que, segundo ele, é corriqueiro na administração pública.

Do ponto de vista administrativo, o secretário admitiu que o governo do Distrito Federal não tinha nenhum interesse na construção de galpões em outros Estados do País. Ele não garantiu, mas imagina que o Distrito Federal, por uma cortesia e um acordo informal feito com o governo federal, aceitou ser um repassador de verbas do convênio para outros Estados, já que, no começo do governo Collor, muitas empresas públicas, com as mesmas finalidades da Codeplan, foram extintas.

Segundo o secretário da Fazenda do DF, a dispensa de licitação na contratação da Fundação Fraternidade Essência do Brasil tem respaldo no decreto-lei 2.300, que estava em vigor na época e foi substituído em 92 pela nova lei das licitações, mais rigorosa. Maciel disse que a fundação é registrada no Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) como entidade filantrópica, sem fins lucrativos, e detinha exclusividade, aferida pelas associações comerciais, na construção de galpões pré-moldados.